

PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE PEQUENAS CIDADES: O CASO DE SERRO

SOCIAL AND SPATIAL FORMATION PROCESS OF SMALL TOWNS: THE CASE OF SERRO, BRAZIL | PROCESO DE FORMACIÓN SOCIO-ESPACIAL DE PEQUEÑAS CIUDADES: EL CASO DE SERRO, BRASIL

KELLY DINIZ DE SOUZA, TERESA CRISTINA DE ALMEIDA FARIA, ÍTALO ITAMAR CAIXEIRO STEPHAN

RESUMO

Este artigo visa contribuir para o debate sobre os processos de formação socioespacial e de produção do espaço urbano de pequenas cidades, a partir da análise do núcleo urbano colonial mineiro, com o propósito de explicitar o modo como se deu a formação da cidade de Serro, no estado de Minas Gerais. Nesse sentido, as análises aqui arroladas se direcionaram para o resgate do processo histórico de constituição dessa aglomeração, tendo por recorte temporal o período compreendido do século XVIII ao presente. Neste artigo, foram destacados os aspectos que balizaram a formação da cidade, enfatizando as relações econômicas, políticas, sociais e simbólicas que contribuíram para a ocupação do espaço. Para se compreender esse processo, o trabalho abordou, ainda, a cidade contemporânea, cuja expansão nos séculos XX e XXI vem ocorrendo por meio de parcelamentos “legais” e “ilegais”. A partir da identificação das características desse processo e dos agentes e interesses que nele estiveram presentes, pôde-se observar que a paisagem urbana de Serro caracteriza-se tanto pela “concentração” correspondente à ocupação inicial, linear e contínua, quanto pela “dispersão” que marcou sua expansão urbana a partir do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Núcleo urbano colonial. Pequenas cidades. Produção do espaço urbano. Serro.

ABSTRACT

From the analysis of the colonial urban nucleus of Minas Gerais, the aim of this article is to contribute to the debate about the social and spatial formation processes and production of urban space of small towns with the purpose of explaining how the city of Serro, Minas Gerais was developed. In this sense, the objective of the analyses was to recover the developmental historical process of the conglomeration with the research timeframe being the eighteenth century up to the present time. In this paper, aspects that served as landmarks for this nucleus have been delimited to highlight economic, political, social and symbolical relationships that have contributed to the occupation of space. To understand this process, the study also analyzed the contemporary city, whose expansion in the twentieth and twenty-first centuries has

occurred by “legal” and “illegal” allotments. From the identification of the features of this process, agents and interests involved, we could observe that the urban landscape of Serro is characterized both by “concentration”, corresponding to the initial, linear and continuous occupation, and “dispersion”, which marked its urban sprawl in the twentieth century.

KEYWORDS: Colonial Urban Nucleus. Small towns. Production of urban space. Serro.

RESUMEN

Este artículo pretende contribuir para el debate sobre los procesos de formación socio-espaciales y de producción del espacio urbano de las ciudades pequeñas, a partir del análisis del núcleo urbano colonial de Minas, con el fin de dejar explícito cómo se dio la formación de la ciudad de Serro, en el estado de Minas Gerais. En este sentido, los análisis aquí inscritos fueron dirigidos al rescate del proceso histórico de la formación de dicha agrupación, y el marco de tiempo está comprendido del siglo XVIII hasta nuestros días. En este artículo, fueron subrayados los aspectos que guiaron la formación de la ciudad, con énfasis en las relaciones económicas, políticas, sociales y simbólicas que contribuyeron para la ocupación del espacio. Para entender este proceso, el estudio también se dirigió a la ciudad contemporánea, cuya expansión en los siglos XX y XXI se ha producido a través de subdivisiones “legales” e “ilegales”. A partir de la identificación de las características de este proceso y de los actores e intereses que estaban presentes en el mismo, se pudo observar que el paisaje urbano de Serro se caracteriza tanto por la “concentración”, que corresponde a la ocupación inicial, lineal y continua; como por la “dispersión”, que marcó su expansión urbana a partir del siglo XX.

PALABRAS CLAVE: Núcleo urbano colonial. Pequeñas ciudades. Producción del espacio urbano. Serro.

INTRODUÇÃO

Para a compreensão do processo de formação do espaço urbano é preciso conhecer as transformações que foram ocorrendo nas atividades humanas e como estas influenciaram na organização e no desenvolvimento da cidade e, principalmente, na relação espaço-sociedade. Nesse sentido, estudos sobre processos de formação urbana configuraram um campo de análises que permite visualizar as relações entre o aspecto temporal, associado à organização e integração social, e o aspecto espacial, materializado nos assentamentos humanos, nos caminhos e nas divisões administrativas.

De acordo com Endlich (2009), é preciso considerar que as formações socioespaciais delineiam-se em conformidade com a organização da produção, constituindo referências concretas dos modos como as relações sociais se realizam. Entretanto, a produção do espaço não deve ser vista apenas no sentido econômico:

Muito embora, nos marcos do capitalismo, a produção do espaço se dê sob o signo de uma sobrevalorização do econômico no próprio imaginário, é fundamental resgatar a importância e as especificidades do poder e do simbólico (CARLOS *et al.*, 2011, p.13).

Dentro desse contexto, os aspectos econômico, social, político-administrativo e simbólico, quando confrontados à materialidade do espaço, oferecem melhor compreensão sobre como se constituíram social e territorialmente essas aglomerações.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi investigar o processo de formação socioespacial da cidade de Serro, a partir das alterações do espaço e das relações históricas entre o núcleo inicial e suas áreas de expansão, tendo como referência sua contribuição para o estudo sobre a formação do espaço urbano de pequenas cidades¹ dentro do contexto do ciclo da mineração.

O trabalho se propõe, ainda, a contribuir para a reflexão de como a leitura da imagem urbana, enquanto suporte material, condiciona e é condicionada pelo planejamento urbano, além dos desafios de planejar o crescimento de uma cidade de pequeno porte com um relevante patrimônio urbano protegido.

CIDADE: ORIGEM E INTERAÇÃO COM O ESPAÇO

Segundo Santos (1985, p.53), para se compreender a organização espacial e sua evolução, é necessário interpretar a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma, que permite a compreensão da totalidade social em sua espacialização: “como os homens organizam sua sociedade no espaço, e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças”.

Para o autor, uma determinada forma é criada para atender a uma ou várias funções, e não há função sem a sua forma correspondente. Contudo, apenas forma e função não são suficientes para se compreender a organização espacial; faz-se necessário o entendimento de como os objetos, em sua organização, estão inter-relacionados, ou seja, sua estrutura, e como essa estrutura se transformou — o processo.

Na tentativa de sistematizar o processo de estruturação de pequenas cidades a partir do ciclo colonial, foram identificados aspectos essenciais à sua compreensão: o econômico, o político-administrativo, o social e as questões referentes às manifestações simbólicas e culturais.

O ponto inerente ao fator econômico manifestou-se, no início da ocupação, com o desenvolvimento do mercado. A cidade se configurou como o lugar por excelência para a concentração do excedente produtivo e para a realização de trocas comerciais. Desempenhava, pois, uma função de suporte às necessidades da produção e do consumo, cujas relações econômicas — ditadas pela atividade da mineração —, foram os motores de produção de novas espacialidades e relações de poder. A mineração foi,

assim, a atividade motora da configuração espacial das Minas desde o final do século XVII. Ali, como postulado por Reis Filho (2000), a cidade, e não o campo, foi a forma inicial de organização do espaço, no qual o homem encontrou meios adequados para sua sobrevivência e desenvolvimento.

A população das minas reunida nas proximidades de seus locais de trabalho, era toda ela urbana. Era uma nova fase que se iniciava. De retaguarda rural, o Brasil passava a apresentar regiões de intensa vida urbana (REIS FILHO, 2000 p.79).

A descoberta das minas de ouro do Ivituruí se deu por volta de 1701/1702, por bandeirantes paulistas, e, nesse contexto, às margens dos antigos córregos, logo surgiram os ranchos que deram origem aos primeiros povoados. Destes, mais tarde, surgiu a cidade de Serro (MINAS GERAIS, 1980b).

Como em outros núcleos antigos, o povoado se instalou em sítio acidentado, apresentando traçado com características de acentuada irregularidade, que foi mantido com o tempo. No seu desenvolvimento físico, não foi verificada intervenção suficientemente forte que lhe conferisse uma fisionomia diferente da de outros centros mineradores. As primeiras vias adaptaram-se, desse modo, às condições topográficas mais favoráveis, sem intenção de ordenação geométrica, organizando-se como ligações entre os pontos de maior importância no núcleo, geralmente associados a pequenos arraiais.

No caso serrano.

No princípio os arraiais eram dois: o de Baixo, como até hoje se diz, o qual vinha das lavras no Lucas até pouco abaixo do Vasa Canudos e o Arraial de Cima que era na Praia. Este era maior, o oficial, o que foi feito Vila do Príncipe (SILVA, 2008, p.35) (Figura 1).

A análise morfológica dessa primeira etapa do desenvolvimento do conjunto urbano permitiu identificar em Serro uma formação típica do tecido urbano. Como ocorreu em outros núcleos de Minas Gerais quando do ciclo da mineração, a vila se conformou linearmente ao longo dos antigos caminhos, acompanhando o terreno de topografia acidentada e os cursos d'água.

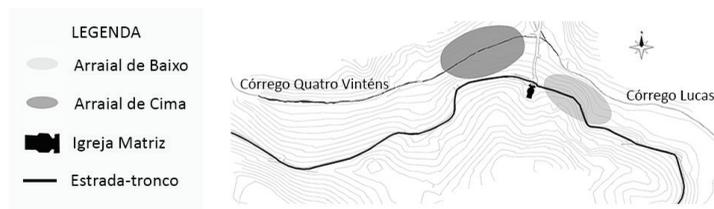


FIGURA 1 – Croqui da estrada-tronco, com representação dos primeiros arraiais da Vila do Príncipe. Cotas altimétricas entre 910 e 1000m [direção norte-sul]. Elaborado por Kelly Diniz de Souza (2013).

Fonte: Prefeitura Municipal de Serro (2006).

Uma das principais características das cidades de origem portuguesa é a relação do traçado urbano com as características físicas do território em que se implanta. Essa relação observa-se quer nos critérios de localização e de escolha do sítio, quer no modo como suas sucessivas fases de desenvolvimento e o desenho dos espaços urbanos se articulam com as características físicas e ambientais (TEIXEIRA, 2012, p.39).

Somado aos aspectos econômicos, a cidade sempre foi o local onde o poder político-administrativo foi exercido e onde os embates sociais se realizaram com maior ímpeto, sendo, portanto, o espaço das manifestações do Estado. As cidades coloniais brasileiras traduziam, assim, o objetivo do empreendimento colonizador e, conseqüentemente, espelhavam as funções que lhes foram atribuídas no processo de exploração do território.

A abordagem inerente ao aspecto social materializou-se nas relações sociais em sua dimensão espacial.

Tal enfoque aponta para a idéia de que a sociedade, ao produzir-se, o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica com especificidades ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo (CARLOS, 2011, p.53).

Os caminhos que interligavam os arraiais tornaram-se estradas, fortalecendo a institucionalização do espaço desses núcleos em razão do comércio e dos eixos de abastecimento. Assim, o solo caracteriza-se como espaço não apenas da produção, mas também da reprodução, marcado pela ordenação e normatização urbanas.

O período de 1720 a 1750 foi marcado pela consolidação das povoações, com o entrelaçamento dos arraiais, seguindo o processo característico da formação urbana das vilas do ouro. Essa conurbação deu origem ao povoado que foi elevado à categoria de vila em 1714, sob o nome Vila do Príncipe.

Ainda no século XVIII, além do ouro, foram descobertas lavras de diamante na região. Para defender os interesses do Império, foi criada em 1720 a Comarca do Serro Frio, sediada na Vila do Príncipe, com território desmembrado da antiga Vila de Sabará, abrangendo uma área da qual fazia parte todo o norte-nordeste do estado.

A importância político-administrativa adquirida a partir da elevação à condição de sede de Comarca [...] conferiu condições ao Serro para um rápido desenvolvimento. E a consolidação de sua forma urbana já seria uma realidade menos de quatro décadas após sua elevação à condição de Vila (REIS, 2012, p.68).

A terceira etapa de desenvolvimento, entre 1750 e o final daquele século, caracterizou-se pela consolidação do seu traçado e expansão. Nessa fase, os caminhos duplicaram-se em paralelas que, interligadas por becos íngremes, constituíram a malha urbana.

A hierarquia dos espaços urbanos podia ser definida a partir das características topográficas do sítio, da ordem geométrica do traçado urbano, do perfil das ruas, da articulação das ruas e das praças e de sua relação com outros componentes da malha urbana, da estrutura de quarteirões e loteamento, ou a partir da relação do traçado urbano com a arquitetura (TEIXEIRA, 2012, p.73) (Figura 2).



FIGURA 2 – Panorama parcial da cidade de Serro. Vista da área de ocupação inicial, com a Igreja Matriz no centro da imagem.
Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012).

A vila prosperou com a dinâmica da mineração, de modo que, já no “século XVIII, as atividades econômicas e as camadas sociais urbanas estavam constituídas” (REIS FILHO, 2000, p. 57).

Entretanto, como apontado pela Fundação João Pinheiro (MINAS GERAIS, 1980b), em princípios do século XIX, já estava em franca decadência a mineração na região. A cidade foi, a partir de então, perdendo sua importância regional e sua capacidade de se adequar às novas exigências da

sociedade, em face da falta de alternativas econômicas que servissem para incrementar seu desenvolvimento, até entrar em decadência. Seu espaço econômico se metamorfoseou de modo a se adaptar ao novo contexto nacional que emergia. Um manto de ruralidade se estendeu sobre a região e, como indica Reis (2012), a partir do declínio da mineração se observou a mudança dos pequenos mineradores para outras áreas do município, onde passaram a desenvolver atividades agropecuárias, que se tornaram a base da economia local.

Se o declínio da produção aurífera, iniciado na segunda metade do século XVIII, não significou estagnação econômica da vila, pelo menos em sua sede ele ocasionou um “congelamento” da paisagem. Por mais próspera e rentável que se tenha apresentado a nova atividade econômica, a agropecuária não tinha como corolário o aumento populacional, nem o desenvolvimento ou as transformações urbanas. Ainda que a economia tivesse se diversificado, os valores básicos da população pouco se alteraram.

A produção do meio urbano relaciona-se, ainda, às questões simbólicas e culturais, cuja manifestação estava expressivamente vinculada às evocações religiosas, uma vez que, durante o período colonial, Estado e Igreja Católica mantiveram-se unidos. Nas Minas setecentistas, a Igreja assumira diversos papéis fundamentais para a instalação e dinâmica de redes urbanas, tendo atuado concretamente na produção e organização desse espaço, assim como na ocupação e divisão administrativa do território.

Enquanto nunca houve uma codificação colonial portuguesa, as normas e procedimentos eclesiásticos eram claramente estabelecidos. As implicações urbanísticas desse fato podem ser decisivas, pois às vagas determinações civis contrapunham-se recomendações expressas do clero que interferiam no desenho urbano (MARX, 1991, p.11).

Assim, desde seu surgimento, os núcleos coloniais expressavam as determinações eclesiásticas, não contrapostas nem canalizadas por instrumentos do poder temporal, mas aceitas pela importação de costumes e práticas do reino (MARX, 1991). Nesse contexto, a Igreja foi essencial para o estabelecimento de novas centralidades e, como consequência, para a atração de fluxos regulares e eventuais de pessoas.

A construção de várias igrejas no curso do século XVIII viria atuar como fator de maior adensamento urbano da vila, porquanto a edificação de cada templo propiciava sempre o agenciamento do local onde se erguia e dos respectivos entornos, com o natural surgimento de novos logradouros e novas casas (MINAS GERAIS, 1980a).

Já o século XIX assistiu ao surgimento de duas novas áreas: o núcleo de Gâmbia, cuja ocupação inicial estava diretamente vinculada ao movimento de alforria e libertação dos escravos, e os arredores do morro onde foi implantado o cemitério municipal, assim desencadeando o processo de ocupação das regiões oeste e sul da vila.

Nessa nova fase, ainda que a malha urbana tivesse começado a alcançar a encosta até então parcialmente ocupada, era possível identificar a manutenção da formação linear do tecido urbano (Figura 3).

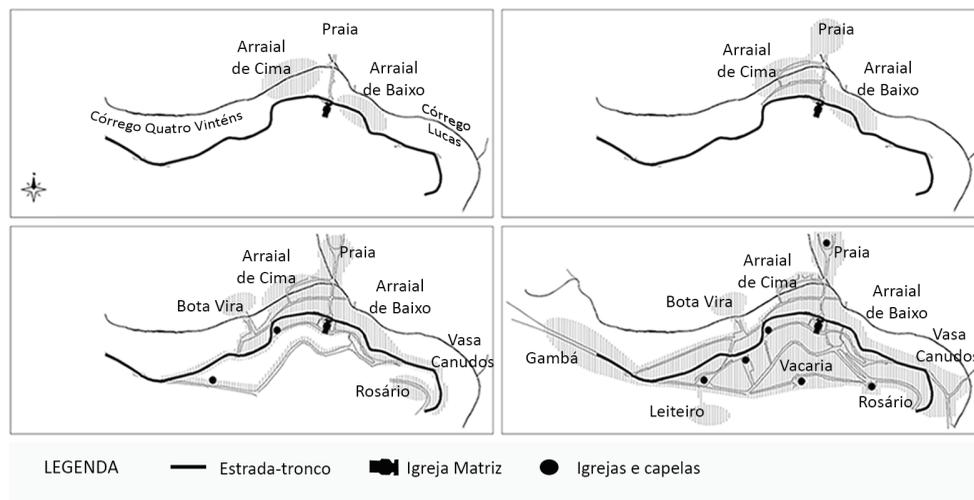


FIGURA 3 – Croquis de evolução da mancha urbana de Serro — Ciclo da Mineração. [Início do séc. XVIII: fase de formação e conurbação dos antigos arraiais. Meados do séc. XVIII: consolidação. Segunda metade do séc. XVIII: primeira expansão urbana]. Elaborado por Kelly Diniz de Souza (2014).

Fonte: Prefeitura Municipal de Serro (2006).

A partir da independência do Brasil, com a instalação de pequenas fábricas de ferro e a maior ativação comercial da vila, sua economia foi dinamizada, assegurando sua elevação à categoria de cidade em 1838, com a denominação de Serro, permanecendo como centro jurídico e administrativo de toda uma ampla região (MINAS GERAIS, 1980a).

No entanto, a falta de modernização e de novas alternativas econômicas fez com que a cidade perdesse capacidade para competir, frente às mudanças ocorridas no país. A partir da era republicana, o Serro não conseguiu se incorporar à rede ferroviária e se isolou dos novos padrões de transporte e desenvolvimento. O município então passou por um longo período de estagnação que, entretanto, propiciou a permanência de sua fisionomia característica dos séculos XVIII e XIX (Figura 4).

EXPANSÃO URBANA NOS SÉCULOS XX E XXI: A CIDADE CONTEMPORÂNEA

A reprodução do espaço recria, constantemente, as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital, do poder e da vida humana, sendo, portanto, produto histórico e ao mesmo tempo realidade presente e imediata (CARLOS, 2011).

Na contemporaneidade da urbanização brasileira, verifica-se um amplo processo de reestruturação caracterizado pela “explosão” das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais [...]. Na escala intraurbana, o fenômeno da “dispersão urbana” está alterando a morfologia urbana tradicional, gerando novas centralidades e novas periferias (SOARES, 2006, p.347).

No longo período de estagnação vivido após a decadência da mineração, Serro experimentou, entre os anos de 1950 e 1980, uma nova fase de expansão, em decorrên-

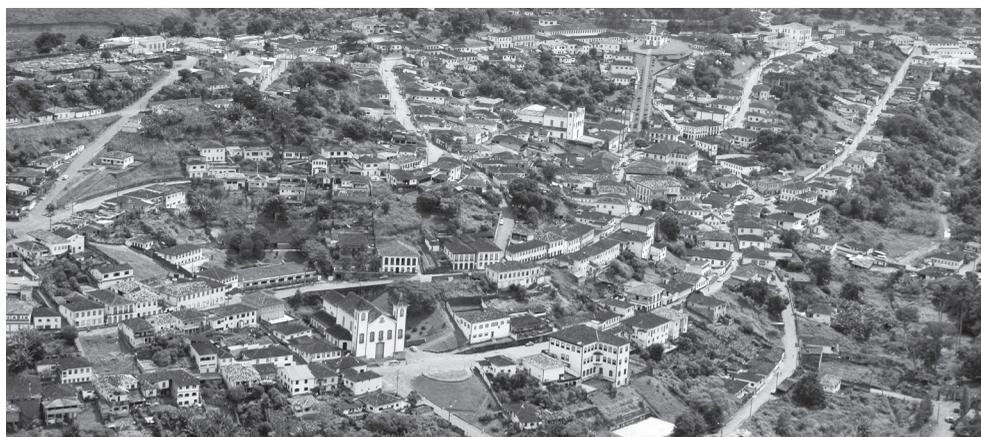


FIGURA 4 – Vista aérea da cidade de Serro. Manutenção do traçado viário com vias adaptadas às condições topográficas, sem ordenação geométrica.

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2012).

cia, principalmente, da migração de parcela da população rural para o distrito-sede, que passou a ocupar as encostas que circundam o núcleo antigo. O crescimento demográfico se intensificou nesse período, e a população do distrito-sede praticamente triplicou, passando de 13,14% para 37,61% o percentual de pessoas residentes na cidade (Tabela 1).

TABELA 1 – Evolução populacional da cidade de Serro entre os períodos censitários de 1950 a 1991.

Censo demográfico	População		
	Município	Cidade	%
1950	28 512	3 746	13,14
1960	28 929 ³	7 681	26,55
1970	17 579	6 963	39,60
1980	17 863	6 719	37,61
1991	19 443	7 865	40,45

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1956, 1960, 1973, 1981, 1991, 2010).

Estudos da Fundação João Pinheiro apontam que

O número de prédios existentes, que em 1812 [...] era de 546, não passará de 913 em 1954 [...] só vindo a atingir o total de 1 101 no ano de 1977. Esta cifra revela um certo crescimento urbano nos últimos vinte anos, mas se trata de expansão verificada principalmente nas periferias da cidade, com a construção de habitações bastante modestas. A maior parte da população continua condensada no núcleo histórico, que [...] ainda preserva autêntica a fisionomia do Serro dos séculos passados (MINAS GERAIS, 1980a, p.26).

As principais transformações em sua paisagem urbana ocorreram a partir de então, quando a cidade passou a se expandir por meio de parcelamentos ilegais² (Figura 5), ocupados por grande número de casas de médio a baixo padrão construtivo, como “resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui” (MARICATO, 2000, p.155).

Ainda no século XX foram parcelados os primeiros loteamentos, ao longo das vias de comunicação, tendo como eixo de expansão o sentido oeste, região em que seriam aprovados outros parcelamentos, confirmando o local como área potencial para uma nova centralidade.

Nesse contexto, materializou-se a nova fase da urbanização brasileira, em que a produção e reprodução do espaço têm por base a expansão do desempenho do capitalismo, e em que as cidades se redefinem através “de sua explosão, da extensão das



FIGURA 5 – Vista panorâmica de Serro. Expansão da cidade pelas encostas adjacentes ao núcleo antigo.
Fonte: Fotografia de Kelly Diniz de Souza (2012).

periferias; enfim, da construção de um novo espaço” (CARLOS *et al.*, 2011, p.13). Essas áreas abrigam parte significativa da população, de tal modo que, no início do século XXI, o núcleo antigo de Serro configura-se como a menor parcela da cidade.

Ao longo do século XX, constata-se nas cidades uma inversão da relação entre o centro antigo e sua periferia, esta última passando a representar, em superfície e população, a parcela maior da aglomeração. Tal inversão ocorre não apenas nas grandes metrópoles e nas capitais, mas alcança também cidades menores (PANERAI, 2006, p.13).

Nas últimas cinco décadas, o tecido urbano de Serro se expandiu ao longo das encostas que emolduram o núcleo antigo e ao longo das vias de comunicação, em um crescimento em forma de “tentáculos” (Figura 6).

A análise morfológica dessa fase do desenvolvimento da cidade permitiu observar que a expansão urbana orientada pelos interesses imobiliários, ocorreu ao longo das vias de comunicação, caracterizando-se pelo traçado reticulado e ortogonal, como os novos parcelamentos “legais”.

Entretanto, nas áreas ocupadas pela população de renda mais baixa, que ilegalmente foi tomando as encostas ao longo do conjunto inicial, o tecido urbano procurou se adaptar ao relevo acidentado, apresentando um traçado mais orgânico como ocorre no núcleo antigo.

Verificou-se, ainda, que, apesar da lenta expansão urbana, os novos parcelamentos pressionam para que novas áreas, antes rurais, tornem-se urbanas.

Apesar de o ritmo atual das transformações urbanas nas cidades pequenas se apresentar mais lento do que o observado nas grandes cidades, e apesar de estar menos

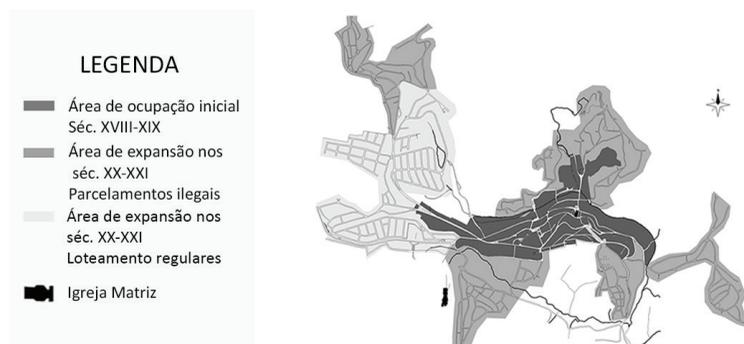


FIGURA 6 – Croqui de expansão urbana de Serro. Elaborado por Kelly Diniz de Souza (2013). Fonte: Prefeitura Municipal de Serro (2006).

sujeito às especulações do capital imobiliário, estas ocorrem, em menor escala, em função da conformação de oportunidades em determinados momentos. Essas modificações estão assim mais associadas ao ritmo de vida dos habitantes, ou seja, há uma aproximação maior entre o tempo da vida e as transformações na paisagem urbana. “Nessa perspectiva as relações sociais se realizam e produzem, em sua prática, o espaço da vida” (CARLOS, 2001, p.34).

Diante desse contexto, observa-se que a expansão do Serro segue o comportamento urbano de uma pequena cidade. Entretanto, devido à recente descoberta de jazidas de minério de ferro na região, espera-se uma perturbação nesse padrão de desenvolvimento, com significativo crescimento da demanda por novas áreas urbanas.

A mineração, que foi a atividade motora responsável pela configuração espacial serrana no século XVIII, pode ser mais uma vez, no século XXI, a produtora de novas espacialidades. Nesse sentido, a consolidação dessa economia deve resultar na ampliação do tecido urbano que, caso não venha a ser tratado de modo adequado pelo poder público, fatalmente propiciará o surgimento de áreas carregadas de contradições socioespaciais.

A CIDADE CONTEMPORÂNEA: FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

A complexidade que envolve as políticas urbanas aponta a necessidade da leitura do território, como modo de compreender sua dinâmica e buscar estratégias de intervenções mais adequadas para a cidade contemporânea. Essa leitura pode ser entendida a partir do conhecimento integrado entre os processos históricos e urbanos, revelados através das interações entre as escalas espaciais e da interdependência entre os aspectos econômico, político-administrativo, social e as questões referentes às manifestações simbólicas e culturais.

Esses processos de formação socioespacial podem ser distintos, mas é possível um diagnóstico integrador do território urbano por meio de categorias de análise do espaço geográfico, como as indicadas por Santos (1985): forma, estrutura, processo e função, e do entendimento de suas relações.

Todos esses fatores fazem pensar em novas práticas socioespaciais para o território urbanizado, em que a leitura da imagem urbana, enquanto suporte material, condiciona e é condicionada pelo planejamento urbano. Nesse sentido, a formação socioespacial, a regulação urbanística e a preservação estão intimamente relacionadas.

Como esclarece Castriota,

Em termos urbanísticos, isso se traduz na questão da integração entre o planejamento macro — o Plano Diretor —, e o planejamento para as chamadas “áreas históricas”, o plano especial demandado por elas. Esse desafio deve ser respondido mediante estratégias de “contaminação”: trata-se de impregnar o Plano Diretor com a idéia da conservação; e de impregnar o “plano especial para as áreas históricas” com a idéia da dinâmica urbana (CASTRIOTA, 2004, p.55).

Desse modo, os conjuntos de interesse cultural, assim como a cidade de Serro, apontam um condicionante particular que interfere nos planos e na gestão urbana: a preservação do patrimônio cultural edificado constitui mais um parâmetro a ser considerado na regulamentação administrativa territorial das cidades preservadas.

O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico/territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e cultural e não considerá-las de uma maneira parcial ou como elemento secundário (ARAÚJO *et al.*, 2002, p.131).

Com efeito, deve ser ressaltada a importância de se pensar a gestão das cidades com relação ao patrimônio cultural, não apenas a partir de uma perspectiva humanística, mas também socioambiental, como uma estratégia de reorientação de determinados processos urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se a cidade como uma produção socioespacial que expressa a capacidade do homem em apropriar-se constantemente do território. Nesse sentido, as formas de uso e apropriação do espaço urbano resultam da ocupação inicial do lugar e da maneira como a sociedade se organizou social e espacialmente para se desenvolver e se reproduzir. Desse modo, as novas demandas econômicas e políticas necessitam e se materializam nas novas demandas espaciais.

Verificou-se que a paisagem urbana de Serro apresenta as duas características básicas de crescimento urbano: a concentração e a dispersão. A primeira marca a gênese e a consolidação da cidade nos séculos XVIII e XIX, caracterizada pela continuidade e linearidade do tecido urbano. Essa organização espacial acumula formas herdadas do passado

que, embora tenham sua origem vinculada a outros propósitos, permanecem no presente porque puderam ser adaptadas às necessidades atuais, sem alterações significativas, apresentando, ainda, uma funcionalidade efetiva em termos econômicos e, sobretudo, um valor simbólico que justifica sua permanência.

Por outro lado, a dispersão marca a expansão urbana a partir do século XX, caracterizada por uma nova organização espacial, com a “explosão” das tradicionais formas de concentração do tecido, acompanhada pela diferenciação desses espaços, decorrente do modo como se dá o uso do solo. Essa produção do espaço é uma expressão espacializada do processo de reprodução do capital, que se verifica simultaneamente à geração de novas centralidades e novas periferias.

Pôde-se perceber, nos dados investigados, a maneira como os aspectos relativos à estrutura, processo, função e forma permitem compreender a totalidade social em sua espacialização. Nesse sentido, o intuito de estudar os processos locais de urbanização é vislumbrar além da descrição de padrões espaciais, procurando analisar as relações entre as formas desses espaços e os processos históricos que modelaram os grupos sociais. Acredita-se que, quando diagnosticado o processo de produção do espaço de uma cidade, ainda que de pequeno porte, maiores serão as possibilidades de acerto no seu planejamento e preservação.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa e suporte às atividades de pesquisa da primeira autora.

NOTAS

1. Partindo dos trabalhos de Santos (1982), a conceituação de “pequena cidade” está vinculada à existência de uma dimensão mínima a partir da qual as aglomerações urbanas deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com especializações do espaço. Não se trata, portanto, de “buscar definições a partir de um número mínimo [...] para ser cidade, mas de encontrar [...] o limite mínimo de ‘complexidade das atividades urbanas capazes de... garantir ao mesmo tempo um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial’” (FRESCA, 2010, p.28).

2. A dualidade legal-ilegal define-se, segundo Costa (2006), a partir do aparato jurídico formal em que, conforme a regulação urbanística, a cidade legal é aquela construída pelos agentes formalmente instituídos, mercado ou poder público, e que traz consigo uma determinada ordem, usualmente fruto de um projeto, resultando em uma urbanização completa. A ilegalidade define-se, assim, a partir dessa antítese.

3. A redução da população entre os censos demográficos de 1960 e 1970 ocorreu em virtude da Lei Estadual nº 2.764 de 30/12/1962, que emancipou distritos serranos, dando origem aos municípios de Alvorada de Minas, Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas (MINAS GERAIS, 1962).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M.M.A. *et al.* Áreas de diretrizes especiais de caráter cultural: construção de um modelo normativo para fixação das diretrizes e parâmetros urbanísticos de sua proteção. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J.M. (Org.). *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2002. p.123-137.
- CARLOS, A.F. Alessandri. *Espaço-tempo na Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARLOS, A.F. Da organização à produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p.53-73.
- CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. Introdução. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p.9-19.
- CASTRIOTA, L.B. Plano diretor e reabilitação de áreas centrais e sítios históricos. In: BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos*. 2004. p.53-58.
- COSTA, H.S.M. A "cidade ilegal": notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, C.A.L. (Org.). *As cidades da cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p.145-156.
- ENDLICH, Â.M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*. Presidente Prudente: Unesp, 2009. p.17-40.
- FRESCA, T.M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*, v.9, n.20, 2010, p.75-81.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Brasil: censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. p.189. (Série Nacional, v.1). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades: banco de metadados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.metadados.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. p.72-341. (Série Regional, v.1, Tomo 14). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t14_p2_mg.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Brasil, 1981. v.1, Tomo 1, n.15, p.40. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n15_mg.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do censo demográfico: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991, v.6, n.16, p.81. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_MG.pdf>. Acesso em 10 maio 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *VII recenseamento geral do Brasil: Minas Gerais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. p.100. (Série Regional, v.1, Tomo 9). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t9_mg.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Arquivo do escritório técnico II: Serro*. Serro: IPHAN, 2012. 1 fotografia. 1 CD-ROM.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.B.; MARICATO, E. (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000. p.121-192.

- MARX, M. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Edusp, 1991.
- MINAS GERAIS (Estado). Fundação João Pinheiro. Centro de Desenvolvimento Urbano. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980a, v.2. (Circuito do Diamante II – Serro).
- MINAS GERAIS (Estado). Fundação João Pinheiro. Centro de Desenvolvimento Urbano. *Plano do Serro*: proposta técnica e financeira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1980b.
- MINAS GERAIS (Estado). Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962. Contém a divisão administrativa do Estado de Minas Gerais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 30 dez. 1962. Disponível em: <www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=Lei&num=2764&comp=&ano=1962&texto=original>. Acesso em: 2 jan. 2014.
- PANERAI, P. *Análise urbana*. Brasília: UnB, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO. *Setores tributários e divisa de bairros*. 1 mapa color. Escala 1:5000. [Serro], 2006. 1 CD-ROM.
- REIS, L.F. *O feito e o efeito*: as memórias e as representações da preservação do conjunto arquitetônico e urbanístico do Serro, MG. 2012. Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- REIS FILHO, N.G. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500-1720*. São Paulo: Pini, 2000.
- SANTOS, M. *Espaço e sociedade*: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, D.A.F. *Memórias sobre o Serro antigo*. Serro, 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/e-livros/805942>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- SOARES, P.R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias*: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.347-364.
- TEIXEIRA, M.C. *A forma da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Unesp, 2012.

KELLY DINIZ DE SOUZA | Universidade Federal de Viçosa | Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Av. Peter Henry Rolfs, s.n., *Campus Viçosa*, 36570-000, Viçosa, MG, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: K.D. SOUZA | *E-mail*: <kelly.diniz@ufv.br>.

TERESA CRISTINA DE ALMEIDA FARIA | Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Viçosa, MG, Brasil.

ÍTALO ITAMAR CAIXEIRO STEPHAN | Universidade Federal de Viçosa | Departamento de Arquitetura e Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Viçosa, MG, Brasil.

Recebido em
30/9/2013,
reapresentado
em 29/5/2014
e aprovado em
30/6/2014.